



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2022

Processo Licitatório nº: 19.469/2022

Processo de Impugnação nº: 28.161/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, sob demanda, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

IMPUGNANTE: KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 169/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em apertada síntese, a impugnante afirma que o edital apresenta várias irregularidades, dentre elas, a ilegalidade da fundamentação do edital no Decreto n. 10.024/2019, eis que este não alcança a Municipalidade, por não se tratar de transferência voluntária, bem como que o Município possui legislação própria para regulamentação do pregão eletrônico, que sequer foi citado no preâmbulo.

06. Afirma, ainda, a existência de irregularidade no subitem 17.2.2, não cabendo ao pregoeiro fazer busca em sites para a habilitação de empresas que deixarem de apresentar sua documentação habilitatória completa.

07. Por fim alega a existência de omissão no termo de referência quando à estrutura mínima da empresa para que seja possível realizar a contratação em razão da complexidade do serviço.



Comissão de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. Requer a impugnante que:

a) “requer-se o RECEBIMENTO da presente Impugnação e seu regular processamento, requerendo seu INTEGRAL PROVIMENTO, com o acolhimento das assertivas aqui colacionadas, para sustação do certame e regular retificação do Edital.”

IV. DA ANÁLISE DA AREA TÉCNICA

09. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, foram encaminhados os questionamentos à área requisitante solicitando a análise das alegações suscitadas, bem como solicitado parecer à Procuradoria Geral Municipal quando aos aspectos jurídicos impugnados.

10. Em resposta, a Secretaria de Saúde, pugnou pelo provimento total da alegação quanto à estrutura mínima, informando que procedeu com a retificação do Termo de Referência anexo I do edital.

11. A Procuradoria Geral por sua vez, procedeu com a análise dos questionamentos, exarando parecer jurídico no qual em síntese pontuou que:

Quanto à alegação de ilegalidade da fundamentação do edital no Decreto n. 10.024/2019, sob a justificativa de que não alcança a Municipalidade *“(...) s.m.j. não assiste razão à impugnante... A doutrina e jurisprudência são uníssonas em permitir que a legislação relativa à Administração Pública Federal possa ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios.”*

12. Quanto à alegação de existência de irregularidade no subitem 17.2.2 *“(...) também não assiste razão a impugnante... o referido item não abre a possibilidade de inserir informações que já deveriam constar dos documentos originários, como afirma a impugnante, mas tão somente a possibilidade de verificação da validade*



Comissão de Pregão II

das certidões, o que amolda perfeitamente ao §3º do art. 43 do Decreto Federal n. 10.024/2019... o dispositivo legal permite expressamente a verificação das certidões nos sites das emissoras como meio legal de prova para fins de habilitação.. inclusive que o § 2º permite que o pregoeiro solicite a juntada de documentos complementares após o julgamento das propostas..."

13. A análise técnica do setor técnico requisitante, o parecer jurídico da Procuradoria Geral bem como a manifestação da Secretaria de Saúde, constantes nos autos do processo de impugnação n. 28.059/2022, são partes integrantes desta decisão, independente de transcrição.

V. DA DECISÃO

14. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e conclusão da Área Técnica e parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, acolhido pela Secretaria requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 169/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL, pela alteração do Termo de Referência – Anexo I, e do Edital do Pregão 169/2022, com a nova redação incluída pela secretaria requisitante.

Nova Friburgo, 01 de dezembro de 2022

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870